

FERRAMENTAS DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS PARA USO DA INTELIGÊNCIA

Fábio Nogueira de Miranda Filho*

Resumo

A Inteligência assessora o decisor em situações-problema por meio de relatórios sobre o que de fato aconteceu, e o que aconteceria. A maioria das pistas que o analista tem para elaborar o relatório é de textos, escritos ou orais. Assim, torna-se necessário saber analisar e até desvendar os dados de que dispõe. A partir de fundamentos teóricos da Teoria do Conhecimento, este artigo apresenta três ferramentas de interpretação para uso na Inteligência e em quais situações aplicá-las: Inferência, baseada na lógica indutiva e dedutiva; Análise de Conteúdo, desdobrada em ferramentas computacionais; e Análise Discursiva, técnica ainda em evolução com grande perspectiva de auxílio à atividade Inteligência.

Introdução

Serviços de Inteligência (SIs) têm como finalidade precípua fornecer subsídios ao mandatário do país nos assuntos relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade, tais como, avaliar ameaças internas e externas à ordem constitucional e à defesa das instituições e dos interesses nacionais, antecipar situações danosas e sinalizar oportunidades que possam ser aproveitadas. Para tal, os SIs dedicam-se ao trabalho de coleta, análise e organização de informações – de acesso negado ou não – para posterior difusão aos tomadores de decisões.

O analista de Inteligência recebe e obtém, sobre determinada situação a ser investigada, um sem-número de informa-

É consenso na comunidade de Inteligência que o assessoramento de maior sucesso é aquele que contém dado(s) negado(s), e também é senso comum que este dado negado deve ser bem interpretado, caso contrário, perde-se boa oportunidade de prestar assistência ao decisor.

ções que devem ser analisadas e repassadas, por exemplo, para decisores, outros analistas e outros Órgãos de Inteligência. Estas informações possuem diversas formas, como objetos, gravações de som, mapas, fotos, desenhos, gráficos, etc.,

* Bacharel em Ciência da Computação (UFV, MG). Especialização em Gestão Estratégica (UFMG). Mestrando Profissional em Administração (PUC/MG).



mas, na sua grande maioria, são textos¹. Por texto, entende-se registros escritos e orais. Assim, o analista, ao processar este tipo de informação, precisa interpretar, decifrar, enfim, descobrir o que há no texto e por detrás dele. Deve perseguir as mensagens subliminares, sem, contudo, inventar interpretações. O desafio se torna maior, pois, pela natureza do trabalho de Inteligência, raramente se pode recorrer ao autor. É consenso na comunidade de Inteligência que o assessoramento de maior sucesso é aquele que contém dado(s) negado(s)², e também é senso comum que este dado negado deve ser bem interpretado, caso contrário, perde-se boa oportunidade de prestar assistência ao decisor.

O ofício da Inteligência precisa de ferramentas pragmáticas, daí se apodera do melhor de cada técnica sem maiores considerações de ordem ideológica e filosófica. O intuito é desenvolver a arte da interpretação voltada para a Inteligência.

Cooper (2005) afirma que o maior problema da Inteligência americana não está na estrutura e nas autoridades, mas, sim, no método de análise das informações. O autor cita algumas deficiências no trabalho do analista, em que se destacam aquelas referentes à interpretação: ênfase

exagerada em julgamentos prévios, negligência na pesquisa de dados ao não privilegiar pesquisas de longo prazo, falta de validação de métodos e processos para interpretação. Afinal, o inimigo e o tema a ser analisado mudam mais rápido que a estrutura de um SI (KISSINGER, 2004).

Para realizar sua tarefa, o trabalho do analista obedece a um ciclo de atividades: a) planejamento e direção; b) coleta de dados (ostensivos ou encobertos); c) processamento; d) produção e análise; e) difusão; e f) resposta (feedback) (NUMERIANO, 2007). Neste ciclo, o analista precisa interpretar textos nas fases de coleta de dados, processamento, produção e análise, e difusão, sendo que, nesta última, o próprio analista é o autor de um texto. Percebe-se que o tratamento errôneo de um elemento compromete todo esforço empreendido. De modo concreto, o analista se depara com textos para estudar, como, por exemplo, sobre a interferência externa realizada por meio da imprensa, a chamada propaganda adversa, ou sobre uma determinada situação de conflito, em que se deve apresentar causas, identificar atores e interesses, além de prever consequências. O analista poderá, ainda, desenvolver ações no sentido de evitar (ou praticar) a técnica de desinformação que significa a manipulação de informações com o fito de induzir um decisor em erro de avaliação. Finalmente, o analista poderá agir no sentido de identificar um determina-

¹ Segundo estimativas, 90% das informações obtidas por um SI são das chamadas fontes abertas (AFONSO, 2006) e estas se caracterizam por serem documentos sem restrição de segurança, como registros oficiais e textos da internet e *deep web*.

² Natural vantagem comparativa da Inteligência em relação a outros fluxos de assessoramento.



do grupo para fins de cooperação (com qualquer comunidade) ou neutralização (de um grupo terrorista).

As falhas da Inteligência são inevitáveis e naturais (HEDLEY, 2005), contudo, o analista tem de estar disposto a correr riscos e aprender com as falhas. O saber da Inteligência não é uma ciência formal como a Física ou a Sociologia, porém, não se abstém de padrões e métodos para verificar e explicar a realidade, bem como (tentar) antever o próximo passo do oponente. Por isso, o método de análise deve evoluir com as ciências cognitivas para aperfeiçoar métodos de validação na construção do conhecimento (COOPER, 2005; SINCLAIR, 1984). Em outras palavras, busca-se práticas já testadas para auxiliar na tarefa de interpretação dos dados.

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas práticas que podem ser mais bem aproveitadas na Inteligência e sugerir em quais situações estas práticas poderiam ser aplicadas. O ofício da Inteligência precisa de ferramentas pragmáticas, daí se apodera do melhor de cada técnica sem maiores considerações de ordem ideológica e filosófica. O intuito é desenvolver a arte da interpretação voltada para a Inteligência (MARRIN, 2008). Após esta introdução, o trabalho expõe os fundamentos teóricos em que se assentam a Inteligência no intuito de introduzir conceitos que servirão de base ao estudo das ferramentas de interpretação de textos. Em seguida, estas ferramentas são apresentadas, e culminam nas considerações finais que trazem as implicações deste estudo para a Inteli-

gência e sugestões de temas que possam complementar a pesquisa futuramente.

Fundamentos da Atividade de Inteligência

A atividade do analista de Inteligência tem os seus fundamentos teóricos baseados na Teoria do Conhecimento (Gnosiologia), pertencente à Filosofia. Conhecimento, aqui, é entendido como a representação que um sujeito pensante se faz de um objeto (ALVES, 2011). Em outras palavras, conhecer é o ato de tornar um objeto presente à percepção, à imaginação ou à inteligência de uma pessoa. Este conhecimento pode ser: i) Sensível, quando adquirido por meio das sensações, seja a percepção, ato de conhecer intuitivamente um objeto como um todo, ou a imagem, ato de conservar, reproduzir e combinar imagens de experiências passadas; e, ii) Intelectual, conhecimento universal sobre o objeto, obtido pelas operações intelectuais. Para produzir informações de Inteligência, o analista se vale de ambos os conhecimentos, em especial do Intelectual, o qual pressupõe razão objetiva³, ao passo que o Sensível pressupõe conhecimento subjetivo.

Assim, para produzir conhecimento intelectual, a mente realiza três operações: formar conceitos, juízos e inferências (ALVES, 2011). Conceito, também conhecido como ideia, é a forma intelectual que exprime o objeto do conhecimento por aquilo que há de comum nos seres. Por exemplo, há muitas mesas de trabalho, e o conceito dela reúne todas. Esta simples apreensão da inteligência tem sua expressão linguística pelo termo. Por sua

³ A forma correta de entendimento do objeto.



vez, Juízo mostra a crença de uma pessoa pela afirmação e pelo julgamento da relação entre dois conceitos. A expressão verbal do juízo é a proposição. A operação mais complexa, denominada Inferência ou raciocínio, é a relação entre juízos com o fito de produzir uma conclusão. Sua expressão verbal é a argumentação.

O analista realiza estas operações intelectuais para buscar a verdade e, assim, subsidiar o decisor com informações corretas. A verdade seria a almejada correspondência ou adequação do pensamento com a realidade⁴. Dito de outra forma, a concordância integral da imagem formada pela mente de uma pessoa com o objeto real. No entanto, não há esta igualdade plena, mas somente correspondência entre os mundos: real, o objeto em si; do pensamento, o objeto representado na mente; e da linguagem, descrição do objeto (ALVES, 2011).

Sendo o homem falível, às vezes, toma o falso pelo verdadeiro. Desse modo, em relação à verdade, o espírito humano

pode encontrar-se nos seguintes estados: ignorância, dúvida, opinião, certeza e erro. O primeiro é a ausência de conhecimento, completa ou parcial. O segundo é o estado de equilíbrio entre duas afirmações contraditórias ou incompatíveis; pode advir da prudência, da equiparação de prós e contras, da suspensão voluntária para melhor investigar ou de puro ceticismo. No terceiro estado, afirma-se com algum receio de enganar-se, a verdade é provável. Já na certeza, não há receio em afirmar, e a verdade é percebida com evidências. Por último, no erro, o sujeito pensa que sabe, e não sabe que não sabe, e, por isso, não procura saber – ou seja, a pior situação em que o analista pode se encontrar. No quadro 1 abaixo, estão descritos os estados de espírito e quais são utilizados na Inteligência. A opinião e a certeza podem ser integradas diretamente ao produto final da Inteligência, ao passo que a dúvida, após ser dirimida e transformada em opinião ou certeza, também pode ser integrada.

Quadro 1: Estado de espírito perante a verdade e utilização na Inteligência

<i>Estado de espírito</i>	<i>Probabilidade de correspondência do pensamento com a realidade (verdade) em % aproximada</i>	<i>Utilização na atividade de Inteligência</i>
Ignorância	0 – 49	
Dúvida	50 – 89	(X)
Opinião	90 – 99	X
Certeza	~100	X
Erro	0	

Fonte: elaborado pelo autor

⁴ O critério da verdade é o motivo maior que leva a mente a considerar tal situação como verdade. Estes critérios da verdade devem se estender a todas as verdades, serem objetivos e não necessitar eles mesmos de demonstração; caso contrário, haveria outro critério superior. Assim, a verdade não seria subjetiva. Alguns critérios já propostos são: autoridade divina, senso comum, princípio da contradição, evidência. Contudo, todos criticáveis em algum ponto. A verdade também não seria absoluta, pois, se assim o fosse, uma vez alcançada, a investigação (científica) perderia completamente o sentido. Percebe-se que, no campo de estudos da Filosofia, a questão dos critérios da verdade é ainda polêmica.



O analista, ao interpretar um texto, precisa chegar a conclusões que se enquadrem nos estados de espírito de opinião e certeza por meio das três operações intelectuais listadas acima. Para ilustrar esta tarefa, Cooper (2005) apresenta a metáfora do quebra-cabeça em que o analista não tem ideia de qual figura está sendo montada, não sabe se todas as peças estão disponíveis, e nem se as peças que possui são do mesmo quebra-cabeça. É neste ambiente, em que as principais peças são textos, que o analista precisa das ferramentas apresentadas a seguir.

Ferramentas de Interpretação de textos

A hermenêutica é a disciplina preocupada com a leitura correta dos textos ou com o estabelecimento da melhor interpretação de um texto. Algumas práticas da hermenêutica já são consagradas e não serão objeto de apresentação aprofundada por já serem de domínio público, além de serem largamente utilizadas em qualquer atividade interpretativa. Entre elas, podem-se citar: i) ler atentamente todo o texto, procurando focalizar a ideia central; ii) reconhecer os argumentos que dão sustentação a esta ideia, identificar as objeções à ideia central; iii) separar os exemplos que foram empregados como ilustração das ideias principais; iii) parafrasear alguma ideia importante do texto e não permitir que prevaleçam suas ideias sobre as do autor; e iv) partir o texto em fragmentos (parágrafos ou partes) para melhor compreensão.

Não se pode esquecer de mencionar que, para a Semiótica, a pessoa interpreta um fato dentro do campo da sua experiência, buscando significação mais adequada que responda às suas necessidades e à sua formação cultural. A tendência é cada um ver o que pode ver e para o que foi preparado para ver (ALVES, 2011)⁵. Desse ponto de vista, quanto mais eclético for o analista, melhor será sua interpretação.

O objeto teórico da lógica é o estudo das normas do pensamento correto. Dito de outra forma, a lógica estuda as condições objetivas e formais para justificar a verdade, mas não cuida da própria verdade – objetivo pertencente a outras ciências, como matemática, biologia, antropologia, economia, etc.

A primeira técnica exibida é a Inferência, basilar para qualquer interpretação por parte do analista de Inteligência. Em seguida, é apresentada a Análise de Conteúdo e suas evoluções por meio de programas de computador, úteis para testar hipóteses e descobrir novas tendências. Por último, vem a Análise de Discurso, uma técnica ainda experimental que se configura como uma alternativa de análise para grandes conjuntos de textos.

⁵ Kahneman (2012) também aborda o assunto de tirar conclusões precipitadas com base em evidência limitada ao introduzir o conceito de “o que você vê é tudo que há” (*WYSIATI – What you see is all there is*). Por esse entendimento, o analista não procuraria outras informações que possam elucidar o problema, se atendo somente ao que já conhece.



Inferência

O objeto teórico da lógica é o estudo das normas do pensamento correto. Dito de outra forma, a lógica estuda as condições objetivas e formais para justificar a verdade, mas não cuida da própria verdade – objetivo pertencente a outras ciências, como matemática, biologia, antropologia, economia, etc. Assim, a importância da lógica reside no fato de que, por meio dela, é possível evitar ilusões decorrentes da força da semântica e polissêmica das palavras nos discursos. Independente de belas palavras, se uma argumentação fere as leis da lógica, sua conclusão é inevitavelmente falsa. Esta técnica permite avaliar o pensamento de outrem, bem como construir corretamente seu próprio pensamento.

Os princípios da lógica (princípio da identidade, de contradição, do terceiro excluído e de razão suficiente) são leis universais que balizam se um pensamento está correto ou não. A lógica nos ensina como proceder para ter um pensamento válido. Sem prejuízo das operações mentais “conceito” e “juízo”, para o analista de Inteligência, a utilidade máxima da lógica está na inferência, que pode ser imediata ou mediata. Esta última se subdivide em dedutiva (silogismo) e indutiva (ALVES, 2011).

A inferência imediata é aquela em que se tira uma conclusão de uma proposição dada, sem recorrer a um terceiro termo (proposição intermediária). Por exemplo, se é falso que “todo muçulma-

no é terrorista”, então é verdadeiro que “algum muçulmano não é terrorista”; “algum agente de Inteligência é esperto, logo, algum agente de Inteligência não é obtuso”; outro exemplo, neste caso para evidenciar que a conclusão é inválida “o separatista pode ser terrorista, logo é terrorista”. As inferências imediatas podem ser realizadas por oposição, conversão, obversão, contraposição e equivalência. A leitura atenta de um manual de lógica ensina, sem grandes dificuldades, como aplicar este raciocínio em quaisquer proposições⁶.

Por sua vez, a inferência mediata parte de duas ou mais verdades para concluir outra delas decorrente. Aqui há uma proposição intermediária que possibilita a conclusão. O primeiro tipo, dedução, consiste em concluir uma terceira proposição de duas outras dadas, indo dos princípios para a consequência, do geral ao particular. Há certeza lógica da conclusão, que, de certa forma, já está presente nas premissas. A conclusão dedutiva não ultrapassa a força das premissas, não desenvolve um conhecimento novo, contudo carrega em si a convicção. A dedução é útil para o analista demonstrar a verdade, ou, de outra forma, verificar se o texto possui demonstração correta da verdade. Um exemplo de dedução seria: todo homem-bomba é terrorista; ora, esta pessoa é homem-bomba; logo, esta pessoa é terrorista. O principal tipo de raciocínio dedutivo é o silogismo. Seu princípio fundamental é que o que é afirmado ou negado do todo, é afirmado ou negado das partes desse todo.

⁶ Para uma compreensão ampla sobre os elementos para o discurso jurídico, ver a obra intitulada *Lógica – Pensamento Formal e Argumentação*, de Alaôr Caffé Alves, Ed. Quartier Latin, 5° Ed., 2011.



A crítica que se faz ao pensamento dedutivo é que ele não agrega novidades às ciências, porém sua utilidade está em clarificar a demonstração de uma descoberta já realizada ou, ainda, evidenciar todas as consequências lógicas possíveis de uma nova tese apresentada, mesmo aquelas não-desenvolvidas pelo próprio autor.

Por outro lado, a falácia é o raciocínio dedutivo incorreto com aparência correta, também chamada de sofisma se for construída de forma intencional para inclinar vontades ou iludir o destinatário. O sofisma pode ser realizado por: i) equívoco: toma-se, na enunciação, a mesma palavra em dois sentidos diferentes (ex.: o agente espiona; ora, o agente é uma pessoa que intermedia negócios; logo, uma pessoa que intermedia negócios espiona); ii) tautologia: a conclusão, escrita de outra forma, repete a premissa (ex.: agência de inteligência é órgão especializado em coleta de informações, ora Abin é agência de Inteligência; logo, Abin é órgão especializado em coleta de informações); iii) infração de regras da lógica (ex.: algum praticante do Islã é terrorista, logo todo terrorista é praticante do Islã.); iv) pelo conteúdo falso da premissa (ex.: todo espião rouba; ora, quem rouba deve ser preso; logo, todo espião deve ser preso).

O segundo tipo de inferência mediata é a indução, que, diferentemente da anterior, não parte de ideias universais, mas sim de fatos empiricamente observados em busca de uma conclusão, mesmo que temporária. Tenta-se generalizar, do particular ao geral, uma relação de causalidade entre dois fenômenos, to-

mando-se como base a experiência de dados parciais suficientemente enumerados. A conclusão indutiva amplia o conhecimento do homem, porém não traz a mesma certeza da dedutiva, pois pode ser alterada no futuro, caso novas experiências assim o comprovem. A relativa segurança da conclusão indutiva se baseia no princípio da regularidade da natureza: as mesmas causas, em determinadas circunstâncias, produzem os mesmos efeitos. Cabe a ressalva de que, nas ciências sociais, é muito difícil encontrar-se um grupo que represente suficientemente o todo. O analista de Inteligência deve ficar atento a isso para não cair em armadilhas.

A argumentação indutiva pode ser formada por analogia, pela enumeração total ou incompleta, pela razão contrária ou pela razão semelhante de uma conclusão já aceita. A seguir, alguns exemplos de indução: “um espião é um infrator; ora, a polícia ajudou a prender um espião; logo, com mais razão, a polícia ajudará a prender um infrator que seja espião e sabotador”; “um ofício se aprende estudando; ora, o analista de Inteligência aprende seu ofício estudando a doutrina de Inteligência; logo, um leigo também aprenderá o ofício da Inteligência estudando esta doutrina”; “a realização do ato terrorista ameaça a vida; ora, a ameaça à vida amedronta as pessoas; logo, a realização do ato terrorista amedronta as pessoas, e também, logo, a não-realização de ato terrorista não causa temor às pessoas”.

Da mesma forma que no método dedutivo, a indução apresenta sofismas, por



exemplo: “os SIs da Europa combatem o terrorismo; ora, o terrorismo é uma atividade ilegal; logo os SIs da Europa combatem todas as atividades ilegais”. Este erro pode ser por observação inexacta, considerar uma coincidência como causa, tomar a causa parcial como total ou levar em conta uma lista insuficiente. Nota-se que o analista deve se precaver para não inferir o que não é possível, mas também deve ser ousado. Veja a seguinte premissa: “os atentados terroristas nos Estados Unidos ao World Trade Center em 1993, de Oklama City em 1995, de 11/09 em Nova Iorque, da Maratona de Boston em 2013 causaram comoção neste país”. O analista pode inferir que atentados semelhantes a esse, perpetrados no futuro, também causarão comoção nos EUA. Ele pode ir mais além e julgar que atentados como esse causarão comoção em outros países ocidentais. Contudo, seria temeroso afirmar que atos como esse causarão comoção no mundo todo, visto que alguns países não simpatizam com os Estados Unidos.

Em um texto argumentativo comum, como notícia de jornal, discurso de autoridade, relato de fonte ocular etc., premissas e conclusões não aparecem destacados como nos exemplos acima. Ao contrário, estes elementos estão espalhados pelo texto e, muitas vezes, camuflados. O analista precisa encontrá-los e verificar se trata-se de raciocínio correto ou sofisma, e também, a partir das premissas apresentadas no texto, estabelecer suas próprias conclusões, obedecendo às regras da lógica. Na argumentação, geralmente são consideradas

verdades os lugares-comuns, opiniões aceitas pela comunidade e pontos de vista consagrados. As partículas indicadoras de premissas podem ser: ora, já que, porque, dado que, visto que, pois etc. Para conclusões, podem ser: logo, por conseguinte, portanto, assim, por isso, conseqüentemente, desse modo etc. Duas observações se fazem importantes: as partículas indicadoras podem estar ocultas, e a conclusão pode vir antes das premissas.

Análise de Conteúdo e Ferramentas Computacionais

A Análise de Conteúdo (AC), definida como conjunto de técnicas de análise de comunicações, foi utilizada inicialmente nos EUA no séc. XIX. Já na Primeira Guerra Mundial, foi utilizada para analisar propagandas inimigas e, durante a Segunda, para analisar jornais suspeitos de praticarem subversão, diga-se, apoiarem o nazismo.

A AC é realizada da seguinte forma: i) formulação de hipóteses e objetivos⁷; ii) escolha dos documentos por tempo, quantidade, assunto, e de acordo com o objetivo; iii) leitura atenta e aberta a ideias do(s) texto(s) para estabelecimento de unidades de registro (palavras, frases, enunciados, temas), ou seja, os indicadores que fundamentem a hipótese – estes podem ser testados em pequenas passagens de texto; iv) escolha do contexto da unidade de registro, por exemplo, frase para palavra, parágrafo para tema, texto para tema, texto para palavra; v) categorização das unidades de análise (qualidade

⁷ É possível fazer um estudo exploratório sem o guia das hipóteses.



das categorias: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade); vi) estabelecimento de regras de enumeração, isto é, como as unidades de registro serão contadas; vii) realização da contagem das unidades de registro e apresentação dos resultados em tabela(s) de dupla ou única entrada; viii) inferência do cruzamento de dados da(s) tabela(s), sendo possível análise quantitativa e qualitativa (BARDIN, 1977).

De modo geral, a AC é útil ao analista de Inteligência para avaliar a tensão entre países por meio dos discursos, identificar ideologias de veículos de comunicação, estudar motivações de opiniões, descobrir tendências de acontecimentos, estudar o perfil de uma pessoa, etc. A AC se arvora de neutralidade, legitimada na ciência estatística, no intuito de confirmar uma interpretação ou mostrar um caminho novo a ser percorrido pelo analista. Bardin (1977) expõe várias técnicas que privilegiam algum aspecto a ser avaliado, o que não impede de conjugá-las na aplicação da AC. A seguir, são apresentadas quatro técnicas de análise a título de ilustração.

A mineração de dados tem sua utilidade prejudicada pelo fato de a maioria dos dados de interesse da Inteligência não se apresentarem estruturados, como textos de notícias, blogs, chats e livros.

A primeira análise é de avaliação, que visa a medir as atitudes do autor quanto aos objetos a que ele se refere. Para esta

técnica, a linguagem representa e reflete diretamente aquele que a utiliza. Aqui é avaliada a atitude do autor ou veículo de comunicação para com coisa, pessoa, ideia, acontecimento etc. A atitude possui direção que é a favor, contra, neutra ou ambivalente (ora a favor, ora contra) e intensidade que pode ser forte, fraca ou em escala de pontuação. Deve-se evitar que o analista projete seu próprio sistema de valor e contamine a avaliação.

A segunda técnica é a enunciação, mais indicada para entrevistas não-diretivas. Aqui o contexto é cada entrevista, e as unidades de registro podem ser frequência do tema, forma dos encadeamentos das proposições para evidenciar raciocínios e progressão do discurso pelo sequenciamento da mudança de assunto. Por exemplo, aqui são analisadas as figuras de retórica: i) recorrências (repetição de um mesmo tema ou palavra em contextos diferentes) que podem indicar importância para o autor, ou que o autor não sabe o que quer, ou ainda que o autor precisa convencer a si mesmo ou alguém; ii) lapso (quando dizemos alguma coisa sem querer) que demonstra a manifestação insistente e indomável de uma ideia negada; iii) ilogismo acompanhado da perda de domínio do discurso que pode corresponder a má-fé; iv) uso de lugar comum que busca adesão do interlocutor; v) uso de metáfora que tenta reduzir a tensão e possui grande poder de sugestão por suscitar mais emoção do que razão etc.

A análise da expressão, terceira técnica, parte do pressuposto de que existe correspondência entre o tipo do discurso e



as características do seu locutor. Os indicadores normalmente são: i) número de palavras diferentes / número total de palavras; ii) (verbos + advérbios) / (substantivo + adjetivo) em que > 1 indica pessoa dinâmica e < 1 pessoa descritiva; iii) número de palavras que exprimem mal estar / número de palavras que exprimem descontração, para medir a tensão; iv) número de palavras na frase; número de frases incompletas (válido para textos orais). Esta técnica é particularmente útil para verificar a autenticidade de discurso, porém traz a crítica que cada ocorrência possui o mesmo peso, em prejuízo da avaliação qualitativa (BARDIN, 1977).

A última técnica, das relações, procura verificar a ocorrência ou não de duas ou mais unidades de registro em uma mesma unidade de contexto. Estas unidades de registro podem se atrair, se inibir, ou não estar relacionadas. É útil para clarificar as representações sociais e ideologias do autor. A dificuldade é comparar o número de ocorrências encontrado com o que seria normal ou esperado para determinado autor.

Nota-se que a AC foi criada para ser realizada manualmente, o que claramente a tornava lenta e imprecisa, caso não se conseguisse quantidade suficiente para amostragem dos textos. Com o advento da computação, especialmente a partir da década de 1960, a AC deu um salto de qualidade com o desenvolvimento de vários programas de computador que

auxiliavam a contagem das unidades de registro, bem como sua forma de apresentação dos resultados, facilitando a inferência do analista. O número de unidades de contexto, em sua maioria textos, ampliou consideravelmente.

A primeira evolução computacional, pertinente à análise de textos, foi a Mineração de Dados (Data Mining), definida como o processo de descoberta de padrões úteis em grandes bancos de dados (HAN; KAMBER, 2001). Em primeiro lugar, juntam-se os dados de diversas fontes em um único local, o banco de dados (Data Warehouses), em formato-padrão que possa ser usado como entrada para as ferramentas de análise. Dito de outra forma, os dados, planilhas, textos etc. encontram-se normalizados e estruturados⁸. Em seguida, submete-se a base de dados a algoritmos que buscam padrões que possam interessar ao pesquisador. O uso mais comercial da mineração de dados é em empresas, sendo o exemplo mais conhecido aquele que prevê a venda de um produto associado a outro, como fralda e cerveja. Na Inteligência, é possível usar a mineração de dados em bancos de dados internos ao SI em que é possível normalizá-lo, ou em bancos de dados de segurança pública, que já possuem certa normalização.

Vale a pena mencionar que a mineração de dados se vale de funcionalidades da área de Aprendizagem de Máquina, ramo da inteligência artificial, especiali-

⁸ Dados estruturados são aqueles em que um mesmo grupo de dados possui os mesmos atributos, por exemplo, o endereço de residência terá o dado endereço, que possui o atributo de ser texto, o dado número, que será somente números, não aceitando texto, o dado bairro, novamente texto e o dado CEP que aceitará apenas números. O mesmo exemplo do endereço em forma não-estruturada será um dado de texto em que todas as informações estarão inseridas, porém sem ordem de aparecimento ou crítica quanto a número ou texto.



zada no estudo e construção de sistemas que sejam capazes de aprender de forma automatizada a partir de experiências anteriores. Neste caso, o analista cria exemplos que servem de guia para que o *software* “apenda” o que procurar.

A mineração de dados tem sua utilidade prejudicada pelo fato de a maioria dos dados de interesse da Inteligência não se apresentarem estruturados, como textos de notícias, blogs, chats e livros. Assim, a tecnologia mais próxima de AC é a mineração de textos, processo que visa a descobrir padrões não-explícitos, válidos, singulares, compreensíveis e úteis a partir de documentos textuais (SONG; YI-FANG, 2009). A mineração de textos, especialização da mineração de dados, é útil para a Inteligência, por exemplo, no monitoramento de pessoas, grupos (separatistas, terroristas) e temas, seleção de textos por assunto e, enfim, nas aplicações já vistas proporcionadas pela AC.

Por isso, o analista continua imprescindível na tarefa de interpretar textos. Desde o estabelecimento de hipóteses, baseado na sua experiência, no seu instinto de que algo deve ser investigado, [...]

A mineração de textos também pode ser realizada por diversas técnicas. A primeira delas é a sumarização, que pode ser feita a partir de um único texto ou de vários. Ela pode ser genérica, em que apenas as ideias principais do texto são apresentadas, ou específica, em que o

resumo responde à pergunta do analista. A segunda técnica, Extração de Informação, faz identificação de elementos e relativa estruturação de dados do texto. Os elementos que podem ser extraídos de textos são: i) entidades, como pessoas, locais, empresas etc.; ii) os atributos ou características das entidades; iii) fatos, que são as relações existentes entre entidades, como, por exemplo, pessoa pertence a determinado grupo; e iv) eventos que são as atividades que as pessoas participam, como atentado terrorista ou treinamento com armas. Outra técnica é a classificação de documentos ou partes de documentos em categorias pré-definidas pelo analista. Já a *clusterização*, agrupa o conjunto de textos de tal forma que os itens de dados presentes em um *cluster* são semelhantes entre si. Isto permite encontrar grupos naturais de textos, antes desconhecidos do analista.

A última técnica a ser descrita é a mineração de opiniões que realiza a análise de sentimentos e se assemelha a técnica de avaliação da AC. O objetivo é identificar as opiniões expressas em textos, mais comum em notícias e redes sociais, sobre determinado alvo e classificar a orientação desta opinião, se positiva, negativa, neutra ou ambivalente, ou, ainda, descrever a emoção da pessoa perante o alvo, como raiva, medo, tristeza, surpresa, alegria etc. O alvo pode ser qualquer tipo de entidade, como pessoa, evento ou país. Destaca-se que também a mineração de textos se utiliza da Aprendizagem de Máquina.

Há, no mercado, inúmeros softwares que realizam a mineração de dados e de textos nas mais diversas técnicas e algorit-



mos. A grande dificuldade de se utilizar a computação para tratar textos está em se lidar com a linguagem natural. Tratar situações como as seguintes pode levar a erros de interpretação: negativa da negativa, resolução de pronome, sinonímia, homonímia, polissemia, ironia, estabelecimento de pesos para ideias positivas e negativas no mesmo texto, ideias implícitas, opiniões sobre múltiplos alvos no mesmo texto, discurso indireto. Soma-se a isso o fato de que softwares que lidam com a língua portuguesa são bem mais escassos do que aqueles que se ocupam da língua inglesa.

Por isso, o analista continua imprescindível na tarefa de interpretar textos. Desde o estabelecimento de hipóteses, baseado na sua experiência, no seu instinto de que algo deve ser investigado, passando pelo trabalho de estabelecer os parâmetros corretos para que o *software* possa encontrar o padrão que mais interessa, até na análise final do que foi apresentado pelo programa de computador.

Análise de Discurso

Inicialmente, a Análise de Discurso (AD) foi classificada como mais uma técnica de AC por Bardin (1977). Para ele, a AD era de difícil aplicação e previa cálculos matemáticos complexos que não trariam resultados úteis para a interpretação. Contudo, a partir de estudos de Pêcheux (1975), no final da década de 1960, sobre materialismo histórico, linguística e psicanálise, esta técnica, ainda em desenvolvimento nos dias atuais, cristalizou-se como uma forma diferenciada de interpretar textos, principalmente aqueles com viés político. A AD procura

entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu (GREGOLIN, 1995). Ou seja, analisa o ato de produzir um enunciado, visto como um processo, e não o texto de um enunciado, seu produto (BRANDÃO, 2004) - como é compreendido pela interpretação tradicional. Assim, a AD é definida pelo estudo linguístico das condições de produção de um discurso (BRANDÃO, 2004).

Para entender melhor esta definição de AD, cabe explicar o que são as condições de produção, o discurso em si e outros termos correlatos. Por condições de produção do discurso compreende-se o conjunto de elementos que cerca esta produção: contexto histórico-social, os interlocutores, as imagens que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando (BRANDÃO, 2004). A condição de produção é baseada também no poder e no lugar de onde se fala, isto é, na posição institucional do produtor do discurso, por exemplo, professor, padre, especialista consagrado, etc. (ORLANDI, 2001). Por sua vez, o discurso é entendido como toda atividade comunicativa entre interlocutores (BRANDÃO, 2004). Todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais e ideológicas dos sujeitos. O discurso "é uma arena de lutas em que locutores, falando de posições ideológicas diferentes, procuram interagir e atuar uns sobre os outros" (BRANDÃO, 2004, Pág. 9).

Foucault (1969) define discurso de modo mais abrangente, introduzindo mais um conceito chave para a AD: é o conjunto



de enunciados que se remetem à mesma formação discursiva. Então, formação discursiva é o conjunto de enunciados ou textos marcados por algumas características comuns: linguísticas, temáticas e de posição ideológica (BRANDÃO, 2004). Em outras palavras, é aquilo que, numa formação ideológica dada, a partir de uma posição do autor dada, em uma conjuntura sócio histórica dada, determina o que pode e deve ser dito pelo falante (ORLANDI, 2001). Um texto pode ter várias formações discursivas, mas somente uma predominante; e uma formação discursiva pode trazer dentro de si outras formações discursivas, seja a favor ou contra ela mesma. Para Pêcheux (1975), a formação discursiva é heterogênea e fundamentalmente instável.

O analista deve construir seu próprio dispositivo analítico a partir da questão que ele coloca em face dos materiais de análise. Isto implica estabelecer hipóteses, delimitar a amplitude de tempo e selecionar os textos iniciais a serem analisados.

A formação discursiva está inserida dentro de uma formação ideológica. Esta nada mais é do que o conjunto de atitudes e representações ou imagens que os falantes têm sobre si mesmos e o assunto em pauta. Por exemplo, formação ideológica de uma seita religiosa, ou de um grupo separatista. Para entender melhor a formação ideológica, recorre-se ao conceito de ideologia dado por Ricoeur (1977). Este autor admite três funções

para a ideologia. A primeira, geral, é mediadora da integração social e da coesão do grupo. Ela perpetua um ato fundador, o que confere a um grupo social a imagem de si mesmo; é dinâmica e motivadora da práxis social; é simplificadora e esquemática, sua forma de expressão preferencial são as máximas, frases de efeito, fórmulas reconhecidas, etc.; é operatória e não-temática, é a partir dela que pensamos mais do que podemos pensar sobre ela; é conservacionista e resistente às modificações.

A segunda função, dominação, é ligada a aspectos hierárquicos da organização social. Neste caso, como a legitimação da autoridade demanda mais crença do que os indivíduos podem dar, surge a ideologia como sistema justificador da dominação, às vezes, com caráter de distorção e dissimulação. Por último, a função de deformação, em que entra o papel negativo já declarado por Marx e Engels (1965). É a forma de a classe dominante, que já possui hegemonia material, também dominar o espiritual.

Dessa maneira, a ideologia interpela o indivíduo a levá-lo, sem que ele tome consciência disso. Ao contrário, faz com que tenha a impressão de que é senhor da própria vontade, a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social (PÊCHEUX, 1975). Dito de outra forma, a ideologia ou, antes, a formação ideológica determina características da formação discursiva. É necessário lembrar que o próprio analista está preso a uma ideologia, o que o impediria de ter o correto distanciamento para interpretar o texto (RICOEUR, 1977)⁹.

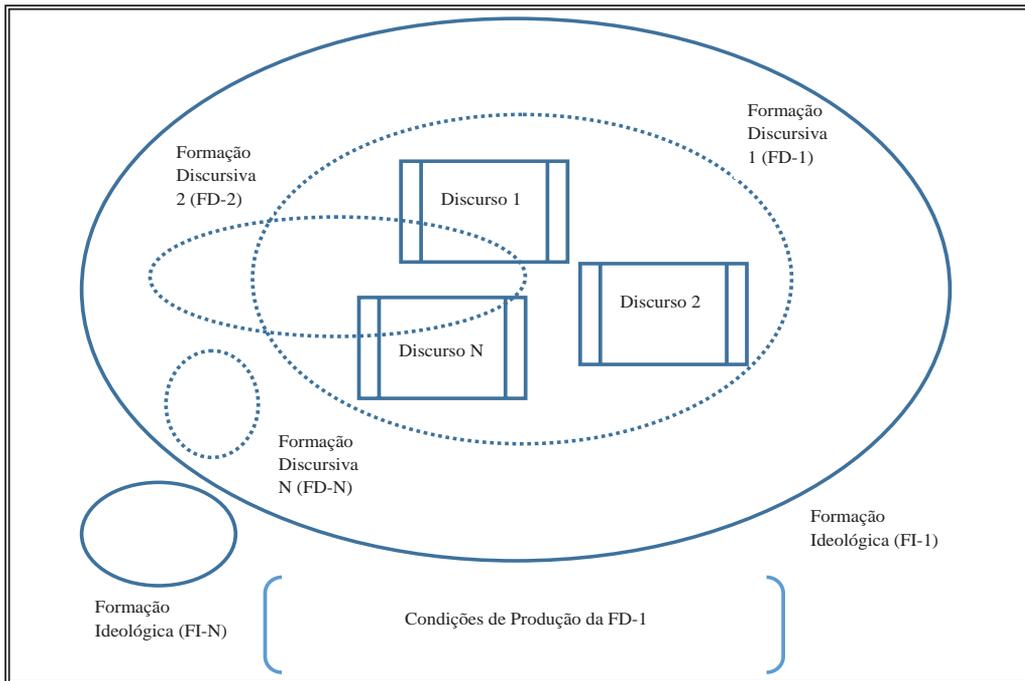
⁹ Todo saber está baseado num interesse, e esse interesse funciona como uma ideologia (RICOEUR, 1977).



A figura 1 a seguir retoma esquematicamente os conceitos envolvidos na AD. Neste exemplo, a AD estudaria as condições de produção dos discursos 1, 2, N que pertencem à Formação Discursiva 1 (FD-1), que está inserida na Formação Ideológica 1 (FI-1). Nota-se que os discursos da FD-1 sofrem influência da

FD-2, a qual pode ser ligeiramente diferente, ou diametralmente oposta a FD-1, contudo ambas obedecem aos preceitos da FI-1. As linhas que delimitam as FDs estão tracejadas para reforçar que são instáveis; ao contrário, a linha contínua das FIs indica que suas ideias são mais rígidas e tendem a se perpetuar.

Diagrama 1: Esquema de conceitos envolvidos em AD



Fonte: elaborado pelo autor

Ao contrário da interpretação costumeira que toma a frase e, às vezes, a palavra, como unidade de análise, a AD toma o texto como sua unidade. Este objeto complexo fez com que a AD tomasse várias direções, como a Análise Crítica do Discurso, desenvolvida por Fairclough (2001). Estes caminhos levaram a AD a diferentes concepções epistemológicas e também metodológicas. Do ponto de vista da Inteligência, a AD ainda carece de formatação e teste de um método final que permita ao analista usar este referencial teórico na interpretação de textos. Mesmo que este método tenha

de se adaptar ao tipo de questionamento do analista, faz-se mister o estabelecimento de parâmetros mínimos a serem seguidos na investigação.

Desse modo, com o fito de pavimentar um caminho a ser seguido pelo analista, principalmente pela característica pragmática da Inteligência, apresenta-se a metodologia para aplicação da AD a seguir. Em primeiro lugar, esclarece-se que a AD não se justifica para análise de um único texto, pois seu custo alto para o SI a inviabilizaria, além do fato de que o resultado para este caso seria bastan-



te semelhante à interpretação comum. A partir dessa premissa, a AD é recomendada para um conjunto de textos, de preferência políticos, e normalmente ao longo de um período histórico definido. A AD é idealmente um empreendimento multidisciplinar, envolvendo ciências sociais, como linguística, sociologia, história e ciência política.

O analista deve construir seu próprio dispositivo analítico a partir da questão que ele coloca em face dos materiais de análise. Isto implica estabelecer hipóteses, delimitar a amplitude de tempo e selecionar os textos iniciais a serem analisados. O analista, na leitura desses textos, realizará duas análises em paralelo, a de texto e a da produção do discurso. Ao longo da leitura e da análise, novos textos podem ser incorporados ao *corpus*, e as perguntas da pesquisa também podem ser alteradas de acordo com os achados iniciais.

Recuperando-se o conceito de unidade de registro da AC, o texto, que é a operacionalização do discurso, é a unidade de registro da AD. A análise do texto compreende a sua descrição, em que são estudados os seguintes elementos: i) interação: como se dão as interações entre os atores envolvidos e quem as controla; ii) argumentação: quais são os argumentos citados para defender a opinião do autor, e quais argumentos contrários já são rebatidos; iii) sociabilidade: descrição das relações sociais entre os participantes e quais são suas identida-

des sociais; assunto: quais temas são abordados e quais são as palavras-chave; iv) vocabulário: identificação de criação de palavras, das metáforas usadas, do uso da voz passiva e da nominalização de processos¹⁰; v) inferência: que conclusões podem ser tiradas do texto. Estes dados devem ser tabulados para melhor controle e avaliação.

A segunda análise, da produção do discurso, tem caráter interpretativo, e é ela que torna a AD diferente da interpretação comum. A partir das características do texto elencadas na etapa descrita anteriormente, inicia-se a montagem do quadro da prática discursiva. Aqui é necessário identificar: i) formação(ões) discursiva(s) presentes no texto; ii) formação(ões) ideológica(s) a que pertencem tanto os textos quanto as formações discursivas; efeitos da reprodução e da circulação desses discursos; iii) contexto histórico-social vigente na época dos discursos – isto é, as estruturas sociais hegemônicas ou não que se manifestam nos discursos, o quadro das instituições em que o discurso é produzido e os embates históricos, sociais etc. que cristalizam-se no discurso.

O produto da análise é a compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições (ORLANDI, 2001). Para a Inteligência, o resultado é utilizado como evidência da ação ou intenção de agir, seja de um grupo ou país, em determinada conjuntura. A seguir, são apresen-

¹⁰ A criação de palavras indica a tentativa de introduzir novos conceitos. As metáforas dão dicas de qual viés ideológico é seguido, a voz passiva permite a ocultação do agente, e a nominalização do processo o coloca em segundo plano, tornando agente e paciente implícitos. Ambas as situações devem ser investigadas para verificar se houve razões ideológicas.



tadas três situações que ilustram como a AD pode contribuir na tarefa do analista de entender os fatos e antecipar perigos.

O primeiro exemplo é a formação discursiva e ideológica criada nos EUA no pós-ataques de 11/9 de 2001 perpetrados em Nova Iorque, em que se divulgou a noção de que o terrorismo era a nova ameaça global e que todos os países deveriam se juntar aos EUA nessa cruzada¹¹. Os discursos foram lançados por meio de artigos acadêmicos, principalmente nos temas Ciência Política, Defesa e Inteligência, na imprensa de forma massiva e generalizada, nos discursos oficiais de autoridades, enfim, a partir de qualquer comunicação que tratava da segurança dos países. A avalanche de discursos foi tão grande que se tornou constrangedor a qualquer analista de segurança, seja civil, militar, ligado a governo ou à iniciativa privada, externar opinião de que o terrorismo não era a maior ameaça global nestes tempos. Praticamente não houve vozes dissidentes. Houve aqui o que se chama de cascatas de disponibilidade, ou seja, um evento é exagerado pela imprensa e pelo público a ponto de se tornar a única coisa sobre a qual se fala, influenciando a definição de políticas públicas (KAHNEMAN, 2012).

O Brasil, inclusive, sentiu o impacto dessa formação discursiva, e foi criado, em 2008, o Departamento de Contraterrorismo dentro da estrutura da Abin. Cumpre destacar que esta formação discursiva está vigente até os dias atuais,

mesmo em países que não apresentam essa realidade de ameaças terroristas. O acompanhamento dessa temática, com o ferramental da AD, torna-se necessário para se verificar sua evolução.

O segundo exemplo versa sobre o embargo econômico norte-americano a Cuba. Nos idos de 1959, com a Revolução Cubana, este país passou a representar ameaça ao sistema capitalista liderado pelos EUA. Já no ano de 1960, e depois em 1962, iniciaram-se as primeiras restrições comerciais entre os países. Desde então, comércio, investimentos, viagens a turismo e negócios ficaram prejudicadas. A partir do esfacelamento da URSS em 1991, sua sucessora, a Rússia, não podia mais auxiliar Cuba financeiramente. Porém, sempre restavam acusações sobre violações a direitos humanos e favorecimento, até treinamento, a espíões a serviço de países hostis aos americanos, como forma de justificar o embargo. Do lado contrário, recentemente, Cuba também acusa os EUA de violações a convenções internacionais no caso da prisão de Guantánamo.

Desde a década de 1960, cada presidente americano apresentou sua formação discursiva, com alguns pontos em comum, entre eles, manter o embargo econômico à ilha caribenha. Contudo, o presidente Barack Obama se portou diferente, chegando a receber o prêmio Nobel da paz em 2009, além de fazer as negociações com o Irã avançarem, ser contra nova intervenção terrestre no

¹¹ Vale lembrar que, no período de história recente, os EUA se preocupavam, quanto à política externa, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) até 1991, ano da dissolução do maior país comunista do mundo. Nos 10 anos seguintes, a preocupação dos EUA se voltou ao oriente médio e ao controle sobre a produção de petróleo.



Iraque, e a favor do desmantelamento da prisão de Guantánamo. A partir de seu segundo mandato, ele mudou seu discurso em relação a Cuba, acenando com a abertura, principalmente por meio de discursos oficiais. Desde o final de 2014, o presidente americano vem anunciando medidas que sinalizam o fim do embargo, ainda que pese a necessidade de aprovação do congresso americano. Assim, a análise com instrumental da AD teria gerado pistas para antecipação do movimento americano de abertura frente ao embargo econômico a Cuba, mesmo antes das primeiras ações concretas em direção ao fim do bloqueio comercial. Estes sinais seriam confrontados com outras evidências para se chegar a conclusões mais assertivas.

De modo geral, os analistas tendem a escrever mais sobre conhecimentos, que são verdades já avaliadas, e os decisores preferem notícias, que são verdades a serem avaliadas.

O terceiro exemplo, mais complexo, nos remete ao mundo islâmico, mais especificamente à propaganda para aliciamento de novos membros para o Daesh, mais conhecido como Estado Islâmico. Já foi dito que a propaganda de convencimento para se juntar a esse grupo terrorista é muito mais bem elaborada do que a de qualquer outro grupo com as mesmas finalidades. Contribuiu decisivamente para isso a disposição de recursos financeiros abundantes, advindos da

venda clandestina de petróleo, saques e resgates de reféns. Contudo, dinheiro também não foi problema para grupos como a Al Qaeda, e, nem por isso, conseguiram o mesmo sucesso em conquistar novos combatentes.

O mundo vê como atrocidade e contrasenso as várias decapitações, massacres, execuções, capturas de pessoas como escravos, apedrejamentos, etc. praticadas por membros desse grupo salafista, vertente do Islã. E essas mesmas imagens é que são usadas no recrutamento de novos integrantes, seja para lutar na Síria e no Iraque, ou para atuarem no estrangeiro, como recrutadores ou para compor células terroristas. A grande pergunta é como esse material que causa tanto asco ajuda a convencer pessoas sem histórico de extremismo político ou religioso a se engajar na guerra, e ainda pelo lado do terror. A resposta, ainda não cabal, está na análise da formação ideológica desses discursos. Pela formação ideológica que vigora, por exemplo, no mundo ocidental, os membros do grupo terrorista são bárbaros. Por outro lado, nesta nova ideologia de implantar novo califado¹², destruir o inimigo e demonstrar força são necessidades primárias. E essa lógica é transformada para conquistar pessoas com a formação ideológica dos ocidentais: a linguagem e as cenas das propagandas, mesmo sendo cruéis, são inspiradas em jogos de computador e em cenas de filmes que são sucesso entre o público-alvo, além de a divulgação ser basicamente pela internet (*surfaceweb* e *deepweb*) em vídeos, revistas, jornais e redes sociais.

¹² O Califa seria o sucessor de Maomé.



Predominantemente, jovens, que sabem falar mais de uma língua, com trânsito livre em vários países, atração pela filosofia islâmica radical, estas pessoas nem sempre estão inseridas na sociedade como gostariam de ser. Ao apresentarem problemas financeiros, de relacionamento, de falta de perspectiva, ou de crise de identidade e de pertencimento, são também confrontadas com o surgimento do discurso de empoderamento, de nova oportunidade, de simples atenção aos seus anseios. Os recrutadores, amparados por campanhas na internet, remunerados pelos terroristas, agem para atrair esses jovens para, inicialmente, aperfeiçoarem-se na leitura do Corão e, depois, seguirem cegamente suas leis e ordens.

Mais do que guerra convencional entre o mundo e o Daesh, há guerra de ideias. Para combatê-los é preciso analisar seus discursos a partir da formação ideológica do Islã extremista, da mesma forma como eles fazem a propaganda a partir da visão ideológica do Ocidente. Neste ponto, a AD pode ajudar a construir uma formação discursiva, dentro de uma formação ideológica pertinente, que seja útil a evitar ou diminuir o número de novos recrutamentos e até recuperar pessoas que já estejam atuando a favor deles. Esta formação discursiva traria palavras-chaves e temas na linguagem adequada a eles, e que se contrapõem aos argumentos usados pelo grupo terrorista atualmente.

Considerações finais

O mandatário do país, normalmente o principal cliente do SI, tem, à sua frente, o mundo real, este que carrega em si

muitas contradições e incertezas. O ideal seria o domínio do subjetivo pelo objetivo. Assim, haveria uma sequência de deduções até se chegar a uma conclusão lógica e única, seja qual for a pessoa que analisa o problema. Contudo, não sendo possível repetir o mundo ideal na realidade, tomam-se decisões, e não apenas se chega a conclusões absolutas.

Estas decisões acarretam responsabilidades e são eivadas de dúvidas. Por isso, é normal que haja reclamações de ambos os lados, decisores e analistas de Inteligência, quanto ao processo das decisões tomadas, especialmente aquelas que não surtem o efeito desejado. A lista de queixas por parte dos decisores vai desde informações inúteis, não-requeridas e irrelevantes, até mal redigidas ou inconclusivas. Pelo lado dos analistas, há dificuldades que vão desde não entender o valor analítico das informações produzidas, até o uso do SI para fins pessoais e vazamentos de informações classificadas (KISSINGER, 2004; NUMERIANO, 2007). De modo geral, os analistas tendem a escrever mais sobre conhecimentos, que são verdades já avaliadas, e os decisores preferem notícias, que são verdades a serem avaliadas (SINCLAIR, 1984).

As técnicas de interpretação apresentadas neste trabalho são formas de minimizar os problemas apontados acima. Estas técnicas podem ser mais bem utilizadas pelos analistas de um SI, seja esta utilização simultânea ou separada, a depender do tipo de texto que será analisado. O quadro 2 a seguir sistematiza as técnicas e sua utilização no SI.



Quadro 2: Utilização de técnicas de interpretação por analistas de Inteligência

<i>Técnica</i>	<i>Subtécnica</i>	<i>Tipo e quantidade de textos objeto de análise</i>	<i>Resultado esperado</i>	<i>Exemplo de aplicação na Inteligência</i>
Inferência	Dedutiva	Qualquer tipo e análise individual do texto	Demonstrar e verificar conclusões	Evitar desinformação por parte de SI adverso
	Indutiva		Chegar a conclusões	Antecipar a invasão de um país
Análise de Conteúdo (AC)	Avaliação / Mineração de opiniões	Textos de opinião e qualquer quantidade de textos	Atitude do autor quanto aos objetos a que ele se refere	Descobrir tendências da opinião pública sobre determinado evento
	Enunciação	Entrevistas orais e qualquer quantidade de textos	Perfil e intenção do entrevistado	Avaliar fonte humana
	Expressão	Textos escritos e qualquer quantidade de textos	Perfil do autor	Verificar a autenticidade de um discurso
	Relações	Qualquer tipo de texto e qualquer quantidade de textos	Identificar ideologias	Descobrir reais intenções de um autor
	Mineração de dados	Dados estruturados e normalizados em banco de dados	Encontrar padrões	Encontrar padrões de conduta em atos terroristas
	Mineração de textos	Qualquer tipo de texto e qualquer quantidade de textos	Sumarizar, extrair informações, categorizar documentos e encontrar padrões	Separar textos por tema, alvo, período de tempo
Análise de discurso (AD)	AD para Inteligência	Textos políticos e em grande quantidade	Caracterizar formações discursivas e ideológicas	Acompanhar negociações de paz

Fonte: elaborado pelo autor

Cumpra salientar que se deve ficar atento ao surgimento de novas teorias e práticas que possam contribuir para a tarefa de interpretação dos analistas de Inteligência. Afinal, o SI deve ser uma organização de aprendizagem (COOPER, 2005). Para ilustrar a dificuldade do ofício da

Inteligência, relembra-se uma sentença famosa do psicanalista Jacques Lacan (MILLER, 1989), a qual versa sobre assuntos de psicologia, mas também sobre o percurso impreciso da construção de sentidos: “você pode saber o que disse, mas nunca o que o outro escutou”.



Referências

- AFONSO, Leonardo S. Fontes abertas e Inteligência de Estado. *Revista Brasileira de Inteligência*. Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 49-62, abr. 2006.
- ALVES, Alaôr C. *Lógica: pensamento formal e argumentação*. 5. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BRANDÃO, Helena H. *Nagamine. Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- COOPER, Jeffrey R. *Curing Analytic Pathologies*. Center for Study of Intelligence. 2005.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Tradução L. F. Baeta Neves. Petropolis: Vozes, 1971.
- GREGOLIN, M. R. V. *Análise do discurso: conceitos e aplicações*. Alfa: revista de linguista. São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.
- HAN, J.; KAMBER, M. *Data Mining: concepts and techniques*. 3. ed. San Francisco, CA: Morgan Kaufmann, 2001.
- HEDLEY, John Hollister. *Learning from Intelligence Failures*. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, v. 3, p. 435-450, 2005.
- KAHNEMAN, D. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- KISSINGER, Henry A. *Better Intelligence reform: Lessons from four major failures*. *The Washington Post*, August, 16 2004.
- MARRIN, Stephen. *Training and educating US Intelligence Analysts*. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, v. 22, n. 1, p. 131-146, dec. 2008.
- MARX, K. e ENGELS, R. *A ideologia alemã*. Tradução W. Dutra e F. Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MILLER, Gérard. *Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- MOORE, David T. *Critical Thinking and Intelligence Analysis*. Washington, DC: National Defense Intelligence College, 2007.
- NUMERIANO, Roberto. *A inteligência civil do Brasil, Portugal e Espanha: legados autoritários como constrangimentos à democratização da inteligência de estado na transição e consolidação democrática*. Tese de doutorado- Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1977.
- SINCLAIR, Robert S. *Thinking and writing: cognitive science and Intelligence analysis*. Center for the Study of Intelligence: 1984.
- SONG, M. W., YI-FANG, B. *Handbook of research on text and web mining technologies*. New York: Hershey, 2009.

